



# JORNAL DA ADUA

imprensa.adua@gmail.com

/adua.andes

ADUA



Associação dos Docentes da Universidade Federal do Amazonas - Seção Sindical/ANDES - SN

www.adua.org.br

## A FORÇA QUE VEM DA BASE

**Mobilização:** Mais de 2 mil trabalhadores avaliaram no 3º Congresso da CSP-Conlutas que somente a unidade da classe trabalhadora tem força para derrubar os retrocessos no Brasil. **Pág. 4/5**

**Justiça**  
ADUA apoia docentes da UFSC e repudia ação do MPF **Pág. 3**



**Opinião**  
Revolução Russa: dez dias decisivos para a História **Pág. 8**



**Entrevista**  
Desenvolvimento da multicampia faz parte da luta **Pág. 6/7**



DIVULGAÇÃO/PSTU E MARCO SANTIAGO/NOTÍCIAS DO DIA

## Editorial

**O**utubro de 2017: mês do vermelho da luta clasista, no qual se condensa o sentido histórico e emancipatório do Centenário da Revolução Russa, maior, mais importante e paradigmática revolução proletária da humanidade. Outubro de 2017: mês em que a classe trabalhadora brasileira - juntamente com representantes do proletariado internacional, organizou o mais importante congresso de sua história recente. O 3º Congresso da CSP - Conlutas, realizado de 12 a 15 de outubro de 2017, em Sumaré (SP), aglutinou os setores mais aguerridos da luta e da resistência do povo brasileiro contra o desmonte institucional (na verdade guerra social), que o Estado burguês promove contra os trabalhadores deste país, dominado e devastado pela desmedida do grande capital. Lição maior do 3º Congresso: só a classe trabalhadora unida pelo projeto da luta comum poderá emancipar-se, a si mesma e a humanidade, do sistema do capital e construir uma ordem social independente e igualitária.

Se de um lado a tendência objetiva desse governo, que é parte sucedânea e mais agressiva de longo processo de decomposição institucional, é a de piorar a situação dos trabalhadores, de outro, a classe não poderá construir nenhuma contratendência sem o fortalecimento de sua consciência e organização como classe que vive do trabalho. Não há saída individual se o ataque é coletivo. Momento significativo dessa agenda de luta e resistência passa pela construção do dia 10 de novembro de 2017 como DIA NACIONAL DE LUTAS, MOBILIZAÇÕES E PARALISAÇÕES.

O 10 de novembro, véspera da entrada em vigor da (contra)Reforma Trabalhista, sancionada por Michel Temer, inscreve-se como retomada ascendente das lutas coletivas, contra direitos usurpados e para barrar os retrocessos anunciados pelo projeto da contrarreforma da Previdência.

Tanto quanto na saúde, a educação vive o desmonte e a precarização, que avançam a passos largos. Em entrevista a esta edição do JORNAL DA ADUA, a professora Arminda Mourão, a partir da análise do atual quadro da multicampia da Ufam, indica os equívocos e retrocessos da implantação desse projeto, agora necessário de redefinição e ampliação, mas ameaçado de garantir direitos aos estudantes deste imenso e relegado mundo interiorano. Rafael Bellan e Jacob Paiva, em suas respectivas contribuições, indicam que para além das redes do capital e de suas mãos midiáticas, para além do conservadorismo, é somente com muita unidade e organização da classe trabalhadora, agente de sua própria formação, que este quadro sombrio poderá ser alterado.

## Notas

### 1 Estatuinte em pauta

Foi encaminhado à procuradoria jurídica da Ufam o documento enviado pela ADUA no dia 26 de setembro deste ano, que cobra da reitoria esclarecimentos sobre os resultados da Estatuinte. A decisão ocorreu durante a reunião do Conselho Universitário (Consun) da Ufam, realizada no dia 6 de outubro. O tema vem sendo ignorado pela instituição mesmo após a conclusão dos trabalhos da Comissão Executiva do Processo Estatuinte (Cepe), no dia 9 abril de 2014, quando foi protocolado o relatório final da 2ª Etapa do Congresso Estatuinte (Conuesta). Em outras ocasiões, a ADUA já havia solicitado à reitoria da universidade esclarecimentos sobre o assunto e não obteve respostas.

### 1 Congresso do ANDES

As seções sindicais e os sindicalizados têm até o dia 14 de novembro para encaminhar, por e-mail, ao ANDES-SN as contribuições que integrarão o Caderno de Textos do 37º Congresso da entidade. As contribuições enviadas no período de 15 de novembro de 2017 a 5 de janeiro de 2018 também podem ser enviadas ao Sindicato Nacional, assim como as correções e análises de textos, que

irão compor o Anexo ao Caderno de Textos a ser publicado no dia 10 de janeiro do próximo ano. Após o encerramento dos prazos previstos para a composição do Caderno de Textos e do Anexo, qualquer novo texto só será submetido à discussão, obedecidas as deliberações do 20º Congresso da entidade. O 37º Congresso do ANDES-SN será realizado de 22 a 27 de janeiro do próximo ano, no Campus I, da Universidade do Estado da Bahia (Uneb), em Salvador (BA).

### 1 Dia do Professor

No dia 15 de outubro foi lembrado, em todo o país, o Dia do Professor. Diante dos ataques orquestrados pelo governo ilegítimo de Michel Temer pouco tem a comemorar nesta data a categoria docente brasileira. O sentimento que deve prevalecer é o de fortalecimento da luta. Os docentes não devem de forma alguma ceder ou desistir de lutar pela Educação pública, gratuita e socialmente referenciada que almeja. Ser professor e professora, no Brasil, significa resistir e não será neste momento de intenso retrocesso político que a classe trabalhadora vai fraquejar. De forma unificada chegou mais uma vez o momento da categoria se unir e ir às ruas.

## Charge



**JORNAL DA ADUA**

O jornal da ADUA é uma publicação da Associação dos Docentes da Ufam - Seção Sindical do ANDES - SN.

#### Diretoria:

Aldair Oliveira de Andrade (Presidente), Welton Oda (2º Vice-presidente), Kátia Vallina (1ª Secretária), Laura Miranda (2ª Secretária), Maria Rosária do Carmo (1ª Tesoureira) e José Humberto Michiles (2ª Tesoureira).

**Diretor Responsável:**  
Welton Yudi Oda

**Jornalista Responsável:**  
Daisy Melo (SRTE-AM 219)

#### Reportagem:

Anderson Vasconcelos (SRTE-AM 459)  
Annyelle Bezerra (SRTE-AM 491)  
Daisy Melo

**Designer/ilustradora:**  
Jéssica Martins

**Projeto gráfico:**  
Ángelo Lopes

**Fotografias:**  
Anderson Vasconcelos, CSP-Conlutas, PSTU, Prefeitura de Manaus, Marco Santiago/Notícias do

Dia, Marco Favero/RBS, Helio Radack de Quadros Junior e Reprodução/Blog Porta 23

**Chargista:**  
Junior Lima e Jota A

**E-mail:**  
aduaindicado@gmail | imprensa.adua@gmail.com

**Endereço:**  
Av. General Rodrigo Octávio, 3000, Campus Universitário da Ufam, CEP: 69080-005

**Impressão:**  
Graftech. 2000 exemplares.

**Fale Conosco**

(92) 3088-7009

www.adua.org.br

## &gt;&gt;&gt; ALIANÇA



MARCO FAVERO/FBRS E HELIO RODAK DE QUADROS JUNIOR

## ADUA repudia ação do MPF contra servidores da UFSC

Daisy Melo

**P**or defender o espaço da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e seus alunos contra uma ação truculenta da polícia, quatro professores e um técnico-administrativo estão sendo criminalizados pelo Ministério Público Federal (MPF). Em consonância com o ANDES, a ADUA repudia a ação judicial e se solidariza com os profissionais.

O episódio ocorreu no dia 24 março de 2014, quando a comunidade acadêmica se manifestou contra a prisão de um aluno por porte de maconha, após uma operação da Polícia Federal realizada sem autorização da reitoria da UFSC. Com a resistência, a ação foi reforçada pela tropa de choque da Polícia Militar, que avançou sem piedade.

Sobre a bárbara ação policial com balas de borracha e gás lacrimogêneo, o professor de Arquitetura e Urbanismo da UFSC, ex-presidente do ANDES e um dos citados na ação do MPF, Paulo Rizzo, disse não ter visto nada parecido em 36 anos na universidade. “A tropa agiu de forma muito violenta e disso resultou um inquérito na polícia de que houve uma ação de tentar impedir o trabalho da polícia, e desse processo saiu uma ação criminal, em que estavam envolvidos quatro professores, um técnico e vários estudantes”, contou.

No processo criminal e na sindicância da universidade, os professores e o técnico foram inocentados por falta de provas, segundo Rizzo. “Mas o MPF entrou com uma ação de improbidade administrativa contra os professores e o técnico e pede exoneração do cargo, perda de direitos políticos e indenização dos carros depredados pelos alunos depois que o estudante foi levado preso”, contou.

Na ação, o MPF acusa os professores de terem incitado a violência e a depredação do patrimônio público. “O que estávamos tentando fazer era negociar (...) o que eles têm até agora são depoimentos dos policiais que estavam na ação e vídeos da imprensa, que eles nem sabem o que dizíamos, mas supõem o incitamento porque os estudantes aplaudem no final das falas”, contou o professor. Na ocasião, o argumento da comunidade acadêmica era de que o estudante deveria assinar um termo de apreensão de drogas e ser liberado.

Depois da conclusão do processo criminal e da sindicância não há sentido na ação do MPF. “A campanha é pelo arquivamento do processo do MPF. Não tem o menor sentido gerar mais uma ação na Justiça que não tem provas nenhuma. É um processo forjado para incriminar os professores e o técnico. Por isso, exigimos o arquivamento”, disse. Enquanto isso, os docentes e o técnico ainda não foram ouvidos pelo MPF. Além de Rizzo, também são citados os docentes

Wagner Damasceno, Paulo Pinheiro Machado e Sônia Maluf.

### Nota de Repúdio

O ANDES, em nota de repúdio, afirma que “trata-se claramente de um ato político de punição aos servidores que defendem o caráter público e a autonomia da Universidade e que agem em consonância com sua função pública”. No documento, assinado por quase 30 entidades, o Sindicato Nacional repudia a iniciativa do MPF, exige o arquivamento do processo e se solidariza com os servidores, pontos referendados pela ADUA.



# 3º Congresso da CSP-Conlutas: só a unidade pode barrar retrocessos



DIVULGAÇÃO/CSP-CONLUTAS

## Anderson Vasconcelos

**D**urante quatro dias, trabalhadores de todo o país, entre eles cem professores das seções sindicais e diretoria do ANDES-SN, concentraram esforços na (re)leitura da conjuntura nacional e internacional e na formulação de iniciativas para combater a agenda regressiva imprimida pelo capital contra a classe trabalhadora dentro e fora do país. Esse esforço se deu no 3º Congresso Nacional da CSP-Conlutas, realizado de 12 a 15 de outubro em Sumaré (SP), evento que reuniu mais de duas mil pessoas de todo o Brasil e definiu uma série de resoluções com ações para já, pro-

postas pela categoria docente, por meio do Sindicato Nacional.

Uma das tarefas centrais no pós-Congresso é construir a unidade na luta e a reorganização dos trabalhadores, a partir do fortalecimento da CSP-Conlutas como central independente, classista e autônoma de governos e patrões, se opondo fortemente ao projeto de conciliação de classes que perdurou nos governos petistas de Lula e Dilma e se intensificou no governo peemedebista de Temer. Para isso, a indicação do ANDES-SN é a busca pelo diálogo permanente com todas as organizações da classe trabalhadora, sindicatos e movimentos

populares e sociais em uma agenda contra a política conservadora e autoritária do governo que impõe ajustes a partir da retirada de direitos e do corte de recursos para o setor público.

A perspectiva é que a classe trabalhadora construa uma estratégia de mobilização intensa para barrar todas as medidas já aprovadas e que ainda estão em curso, oferecendo resistência à decisão de congelar os investimentos públicos sociais por 20 anos, à contrarreforma trabalhista e à Lei das Terceirizações, bem como frear a tentativa de aprovação da contrarreforma da Previdência e qualquer outra iniciativa que amplie, ainda mais, a precarização das condições de

## Quais as conclusões da 3ª edição do Congresso da CSP-Conlutas?



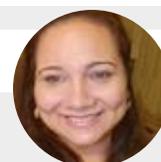
### Aldair Andrade

“Somente a classe trabalhadora unida, em prol de projetos comuns, é capaz de imprimir uma resistência significativa contra a retirada de direitos imposta. Há muitas perspectivas e tendências entre nós, porque essa é uma Central diversa e isso ficou evidente por conta da polissemia de vozes. Mas só podemos avançar contra essa agenda regressiva, se começarmos a encontrar pontos de convergência na luta contra o capital”.



### Alcimar Oliveira

“A despeito do quadro de violenta regressão social e política, cuja marca mais perversa são os mais de 23 milhões de trabalhadores desempregados, o 3º Congresso de nossa CSP aglutinou os setores mais avançados da luta e da resistência do povo brasileiro diante da guerra social que o Estado burguês promove contra os direitos coletivos. O Congresso demonstrou que há braços e mentes com consciência de classe do lado de cá da luta”.



### Laura Miranda

“Não há dúvidas de que a análise de conjuntura realizada ofereceu um parâmetro da dura realidade a ser enfrentada por todos os trabalhadores. Entende-se que é urgente e necessário manter um calendário de lutas e mobilizações, mas acima de tudo é preciso que as bases assumam este protagonismo, compreendendo que não há como manter-se calado diante dos ataques ofensivos e retirada de direitos. As lideranças têm o seu papel, mas a força deve vir da base”.

trabalho e de formação de crianças e jovens, como as ideias da contrarreforma do Ensino Médio e do tenebroso programa 'Escola Sem Partido'.

Os trabalhadores já perceberam – e isso ficou evidente na análise feita pelo Sindicato Nacional – que os ataques direcionados à classe não são exclusividade no Brasil, mas decorrem de uma crise estrutural do capital, que só consegue manter-se às custas de precarização; de retirada de direitos conquistados após muita luta; apropriação de recursos públicos por parte de instituições bancárias e rentistas e, ainda, exploração predatória dos recursos naturais sem qualquer compromisso com o amanhã, características todas que rondam a preservação da ordem burguesa e ficam cada vez mais evidentes em discursos de presidentes como o norte-americano Trump e o francês Macron. Tendência expressa também por Temer e seu staff.

“Os ataques que vivemos no Brasil não são exclusivos nossos e fazem parte da crise internacional do capital. Uma crise estrutural do capitalismo que vem, no mundo todo, impondo contrarreformas nos estados nacionais, que retiram o direito dos trabalhadores, que atacam as políticas públicas e sociais que atendem as populações mais pobres dos países. A crise é internacional e faz-se necessária uma organização internacional da classe trabalhadora”, afirmou a presidente do ANDES-SN, professora Eblin Farage.

### Organização e Paridade

Além da resolução sobre conjuntura nacional e internacional, outras contribuições do Sindicato Nacional foram aprovadas durante o Congresso da CSP-Conlutas. Uma delas trata da garantia de paridade (50%) na participação de mulheres na Secretaria Executiva Nacional (SEN) da Central, aumentando a participação e representatividade delas na organização. Outra resolução refere-se à intensificação de ações de formação política e de apoio a movimentos da base da CSP-Conlutas.



#### Marcelo Vallina

“A análise de conjuntura mostrou a importância e o protagonismo da CSP-Conlutas nas mobilizações e na greve geral de 28 de abril [deste ano]. A Central, diferente das outras, está insistindo no enfrentamento a esse governo que só retira direitos. Não há dúvidas de que a tendência é piorar a situação dos trabalhadores: vão tentar impor outras reformas. E o enfrentamento a esse desmonte passa pelo fortalecimento da organização. A saída não pode ser individual”.

## Dia Nacional de Lutas, Mobilizações e Paralisações: 10 de novembro deste ano

Em virtude do sucesso da Greve Geral do dia 28 de abril - avaliada pelos participantes do 3º Congresso da CSP-Conlutas como decisiva na luta contra os ataques à classe trabalhadora - e da necessidade de manter a vigilância diante do recrudescimento da retirada de direitos, os delegados do evento aprovaram, por unanimidade, um calendário de lutas da Central que inclui o dia 10 de novembro deste ano como um Dia Nacional de Lutas, Mobilizações e Paralisações.

A data é a véspera da entrada em vigor da Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467/2017), sancionada pelo presidente Michel Temer em julho. O dia 10 de novembro foi sugerido pelos metalúrgicos da Campanha Brasil Metalúrgico, movimento a partir do qual teve início a luta conjunta que visa barrar a contrarreforma Trabalhista e questões pontuais na campanha salarial da categoria. O ato está sendo pensado como mais um dia de Greve Geral para barrar retrocessos.

A agenda inclui, acatando proposta do ANDES-SN, o dia 9 de novembro, com a realização de um seminário nacional em comemoração aos 100 anos da Revolução Russa, e o dia 11, com uma reunião entre entidades sindicais e movimentos sociais e estudantis. Os dois encontros têm a perspectiva da reorganização da classe.

Com tema '11 anos fortalecendo a unidade sindical e popular, classista e independente', o congresso reuniu 2,6 mil pessoas de organizações como sindicatos, movimentos sociais e populares e entidades de vários países das Américas, Europa, Ásia e Oriente Médio, que partilharam as experiências com planos de austeridade e precarização. Dos participantes do evento, 101 eram professores das seções sindicais e da diretoria do ANDES-SN, entre eles estavam quatro delegados da ADUA: o presidente da Seção Sindical Aldair Andrade, além de Alcimar Oliveira, Laura Miranda e Marcelo Vallina.

..... 28 de outubro | Aniversário da ADUA .....  
 ..... 10 de novembro | Dia Nacional de Lutas, Mobilizações e Paralisações .....



## anos em defesa da EDUCAÇÃO PÚBLICA





## ARMINDA MOURÃO

A professora da Faculdade de Educação (Faced), da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), aborda, em entrevista ao Jornal da ADUA, sobre os atuais desafios da multicampia, como o número insuficiente de docentes e técnico-administrativos, a falta de infraestrutura e a necessidade de manter a expansão universitária.

# "A luta agora é para a manutenção e o maior desenvolvimento da multicampia", afirma especialista em Educação

**N**esta entrevista concedida ao Jornal da ADUA, a professora da Ufam, Arminda Mourão, discorre sobre a importância da multicampia no sentido de facilitar o acesso de estudantes do interior do Amazonas ao Ensino Superior e os desafios que esse modelo, implantado com "calote", tem pela frente.

**A multicampia esteve entre os pontos priorizados durante sua campanha para a reitoria, demonstrando ser este um tema importante no processo de elaboração de um plano de gestão para a Ufam. Quais as principais demandas da comunidade universitária em relação a expansão da Ufam?**

Devemos destacar a importância da expansão da Universidade Federal do Amazonas para os polos. O ponto mais positivo da multicampia foi permitir que os nossos jovens pudessem ingressar na universidade pública nesses polos. Essa expansão inegavelmente foi uma conquista, principalmente, num momento onde tudo está sendo privatizado, onde as universidades públicas estavam sofrendo um ataque muito grande no que se refere ao ente institucional, tachando que a universidade não respondia às demandas da sociedade. Então, a expansão vem num momento bastante conturbado, mas foi um ganho. Agora, esse ganho se torna um problema para quem está vivendo a multicampia e para quem administra a universidade, porque mesmo tendo um Plano Diretor da Universidade que contemple a multicampia e a possibilidade de expansão desses *campi* no interior do Estado, os recursos para a manutenção dessas unidades são escassos e a falta de autonomia universitária impede o desenvolvimento dos *campi*. Este é o primeiro problema detectado. O fato dessas unidades não terem autonomia acaba fazendo com que elas dependam de forma integral de Manaus. É fundamental, e essa é uma reivindicação de todos os polos, que haja uma descentralização do poder administrativo, inclusive com a questão de pessoal, e a descentralização

financeira para que eles tenham autonomia para movimentar a política universitária referente aqueles espaços. Outra questão detectada é que o projeto teve um "calote". A implementação da expansão dos *campi* tinha o aspecto físico, os prédios, mas também o aspecto de pessoal, previsto dentro de um cronograma que estava no projeto. No entanto, demoraram demais os trabalhos relacionados às instalações, assim como muitos professores e técnico-administrativos não foram contratados para aquele processo. Há um déficit de profissionais nesses municípios, déficit esse que vem desde o projeto, porque, ao ser implementado, o mesmo previa a contratação e quando veio para a prática as contratações não foram estabelecidas. Por isso, eu digo que houve um "calote" inicial. A universidade apostou que viriam recursos e contratações de professores e técnico-administrativos e não vieram.

**A falta de autonomia universitária nos *campi* impacta negativamente de que forma a comunidade acadêmica nessas unidades?**

Como nos *campi* eles não têm autonomia e dependem da reitoria para tudo, os processos atrasam. Uma outra questão que nós detectamos é que os municípios não apresentam infraestrutura necessária. Há problemas seríssimos de internet, num momento em que tudo é online. Até para lançar uma nota os professores têm problemas. Para pedir um material, os administrativos, que trabalham com isso nesses locais, têm problemas devido à lentidão que não é só do campus, mas da cidade também. Seria necessário haver uma articulação entre o governo do Estado, as prefeituras locais e a universidade para melhorar esse atendimento porque não dá mais para haver esse isolamento, num momento em que a internet faz parte de todos os processos. Se a pessoa vai apresentar um trabalho num congresso, ela tem que começar a enviar o material com muita antecedência para tentar concretizar aquela intenção e, às vezes, nem concretiza em razão da lentidão que é um problema seríssimo e que interfere no trabalho tanto dos docentes quanto dos técnico-administrativos.

Outro exemplo é o afastamento por questão de saúde. Se as pessoas que trabalham num dos cinco *campi* precisam fazer um *check-up* médico, elas têm que vir para Manaus porque lá não tem ultrassonografia e eu me refiro a todos os *campi*. Parintins, de vez em quando, recebe a visita da carreta da saúde. Quem está em Humaitá tem como ir até Porto Velho [RO], mas as demais unidades dependem de Manaus. E disso decorre outro problema, que o servidor deixe para ir ao médico quando estiver de férias. Só que férias são os momentos de tirar todos os problemas da cabeça e se oxigenar para retornar ao trabalho.

### **Na sua opinião, a Ufam tem dificuldade de fixar professores em Parintins, Itacoatiara, Benjamin Constant, Humaitá e Coari?**

Sim. É muito difícil. O professor, às vezes, pede transferência para Manaus ou faz concurso para outra universidade de modo que a gente acaba perdendo todo o trabalho de formar profissionais para se fixarem na região. Benjamin Constant, por exemplo, quando iniciou tinha não sei quantos doutores e eles foram saindo devido a um outro problema que é a própria estrutura de trabalho nos *campi*. Os doutores foram saindo procurando outras alternativas por se sentirem isolados onde estavam trabalhando. A universidade tem de propiciar uma conexão. Os professores têm que ter oportunidade de sair e ir para outros *campi* para que seja possível produzir coletivamente. Veja bem, vem um profissional do Sudeste acostumado com toda uma estrutura e vai para um município onde não tem a mesma estrutura. É difícil para esse profissional se adaptar lá, ao passo que se a gente conseguir implementar uma estrutura, pelo menos, básica para o professor ou o técnico-administrativo desenvolver o seu trabalho, esse intercâmbio e a formação de doutores da região será muito mais fácil, garantindo a fixação. Eu tive, por exemplo, dois orientandos de doutorado em Parintins. Um deles tem plena certeza de que continuará no município, o outro não. Por que? É outra cultura e nós precisamos de doutores que se fixem na região e a entendam. Agora, não vamos ter a ilusão de que seremos nós que desenvolveremos os municípios. A questão do desenvolvimento perpassa por uma política econômica que priorize o desenvolvimento da região. É preciso que se potencialize esses *campi*, se dê estrutura de trabalho para esses professores e técnico-administrativos e que se crie certo mecanismo de pressão, embora a gente saiba que o desenvolvimento capitalista é desigual e combinado e nós temos determinadas situações na Amazônia em função dessa lógica do grupo.

### **Sabemos que cada município tem sua economia baseada em determinado setor. Os cursos ofertados pela Ufam, hoje, nos *campi* atendem à demanda das cidades que os sediam?**

O mais interessante é que tiveram audiências públicas com a população, as lideranças, a universidade, a Câmara de Vereadores para buscar as demandas. Isso a gente não pode negar. Tenho dez orientandos dos Institutos Federais e a gente verifica que nem sempre os cursos implementados foram os demandados, até porque tem alguns

cursos que são mais caros do que os outros. Inclusive, fico muito preocupada com a Medicina em Coari. Como vai ser desenvolvido o curso de Medicina em Coari? A Medicina, aqui em Manaus, já tem alguns problemas em função inclusive da questão salarial. Qual é o médico que vai ficar na universidade trabalhando 20 horas e ganhando R\$ 4 mil? Não vai ficar. E o que está acontecendo é que há uma ausência à medida que as pessoas vão se aposentando, deixando brechas no curso. Ora, Manaus está com esse problema e, inclusive, tem muitos professores que se aposentaram e continuam como professores voluntários. Como vai formar médicos lá e professores com essa carência de docentes na universidade? Estive em Coari e uma parte dos estudantes não era da região, estão completamente inadaptados à região, um problema seríssimo para a universidade. Embora fosse um curso bem-vindo, a própria estrutura que o Ministério da Educação [MEC] dá para as universidades não permite o desenvolvimento desses cursos. E aí tem algumas questões que a gente precisa avaliar e não é essa avaliação que o MEC coloca e que eu questiono muito, assim como toda a avaliação produtivista que é implementada para todas as instituições educacionais não só para as de nível superior. Isso requer uma discussão. Infelizmente querem colocar todo mundo num determinado patamar, mas não querem dar condições para que atinjamos o mesmo patamar. Não dá para ter avaliação de um lado e financiamento de outro. Avaliação e financiamento têm de vir juntos.

### **Num momento em que o governo deixa claro que a Educação não é uma prioridade na política governamental é possível implementar mudanças em unidades multicampi sem recursos?**

Eu acredito que para mantermos a universidade e, não só a multicampia, nós precisamos lutar muito. E nós temos que difundir a ideia de que a qualidade educacional perpassa por muita resistência, porque foi difundida uma ideia da qualidade individual ou de grupos de excelência. Eu já podia ter me aposentado. Tenho 37 anos só de universidade e 44 de serviço geral e continuo na universidade no entendimento dessa luta pelo público. A universidade e a sua direção tem de se engajar nessa luta porque não adianta ir para o MEC de 'pires na mão', não adianta receber de cima para baixo as diretivas do MEC. Nós temos até que receber e cumprir porque se não nós estaríamos fora da estrutura, mas é preciso ter posicionamento a respeito de determinadas situações e posicionamento político em defesa da universidade pública. A luta agora é para a manutenção e o maior desenvolvimento da multicampia através de uma política de manutenção desses estudantes. Presenciei nos municípios uma dificuldade muito grande de alunos do próprio município e de cidades do polo se manterem na universidade devido a coisas simples como o custo elevado da travessia entre Tabatinga e Benjamin Constant. A universidade teria de manter um transporte para esses alunos como mantemos em Manaus o Integração (linha de ônibus fornecida). A universidade tem que articular com a comunidade determinados processos de manutenção dos alunos.

>>> **REVOLUÇÃO RUSSA**Dez dias que mudaram um século:  
a atualidade da Revolução de 1917

**O**utubro de 2017: diante de um processo político marcado por uma ruptura da ordem institucional, pela obstrução de um projeto político que, mesmo com seus limites, contemplava a incorporação das demandas da classe trabalhadora e em meio a uma avalanche de denúncias de corrupção acobertadas por um Judiciário que se comporta como cúmplice do golpe engendrado, assistimos no Brasil a uma ofensiva conservadora sobre os direitos individuais que imaginávamos consolidados. Reformas trabalhista e previdenciária, terceirização das atividades fins, a retomada da sanha privatista e tantas outras pautas são diariamente investidas sobre a Constituição de 1988, colocada em frágil posição diante de um discurso falacioso que justifica tamanho desmonte pela necessidade de modernização e reforma do Estado.

Outubro de 1917: em meio à Primeira Guerra Mundial e tendo passado pela revolução de fevereiro, que logrou o êxito de ter encerrado o reinado da mais longeva dinastia europeia – a dos Romanov –, a Rússia permanecia em uma situação caótica, marcada pela escassez de alimentos e destruição da já deficiente infraestrutura. A guerra revolveu as entranhas da sociedade europeia e, no caso russo, não foi possível recolocá-las no lugar. Desde abril, os protestos se avolumavam e o governo de Kerensky enfrentava instabilidade e ameaça de golpe – como o articulado pelo comandante do exército russo, o general Kornilov. O Comitê Militar Revolucionário tomou a guarnição de Petrogrado e, dias depois, os bolcheviques anunciavam o fim do Governo Provisório. Com a chegada dos bolcheviques ao poder, é assinado o Decreto que retirava a Rússia da guerra e o Decreto da Terra, que instituía o fim da propriedade privada dos meios de produção. Foi instituída a autogestão das fábricas e o Código da Terra e da Família ampliava como nunca os direitos das mulheres. (GOLDMAN, 2014).

Mas o que o centenário da Revolução Russa tem a nos dizer? Quais questões podemos levantar diante dessa efeméride? Para Hill, a “história precisa ser reescrita a cada geração, porque embora o passado não mude, o presente se modifica”. Diante dessa ofensiva conservadora, devemos pensar os impactos da Revolu-

ção Russa sobre aquilo que nos tornamos hoje. O século XX se torna incompreensível se não considerarmos os eventos de outubro de 1917, que inauguraram uma era marcada pela bipolaridade política e pelo antagonismo entre dois blocos ideologicamente antagônicos. A importância dos eventos de outubro para o século XX é tamanha que Eric Hobsbawm, de forma irônica, salientou o paradoxo histórico de que o resultado mais duradouro da Revolução de Outubro tenha sido o de salvar seu antagonista, tanto na guerra quanto na paz. Até mesmo a compreensão de nossa história recente e do ciclo de golpes militares que varreu a América Latina nas décadas de 1960 e 1970 se torna incompleta se prescindirmos dessa variável.

Vivemos uma forte ofensiva conservadora, não apenas no Brasil. Pelo mundo, proliferam partidos de extrema direita (como a AfD na Alemanha, e a FN, na França). Observamos o crescimento eleitoral da direita em diversos países. Discursos xenófobos, misóginos e homofóbicos têm tido cada vez mais destaque. Na academia, observamos uma onda revisionista que apresenta contornos conservadores e que se aproxima da velha propaganda anticomunista do auge da Guerra Fria. A discussão em torno do centenário da Revolução Russa ficou restrita a um público reduzido, uma vez que muitos consideraram anacrônico discutir hoje Revolução Socialista e movimentos sociais. Em outros momentos, já observamos fortes ofensivas conservadoras. Na década de 1990, no contexto do desmoronamento do bloco socialista e da euforia neoliberal, Fukuyama havia decretado o “fim da História”, ao sepultar as esperanças de que houvesse uma alternativa capaz de se tornar uma opção ao capitalismo liberal.

Mas, do mesmo modo que na Rússia pré-revolucionária a insatisfação acarretou a cena de milhões de trabalhadores mobilizados no cenário político, apenas a ação coletiva da classe trabalhadora, acrescida de outros setores da sociedade, e a ampla mobilização popular serão capazes de frear o “trator das maldades” posto em movimento pelo ódio e ganância das elites do país. Oxalá esse ímpeto reacionário seja estancado para que, em tempos de ‘Escola sem Partido’, não sejamos cerceados em nossa autonomia e possamos debater temas fundamentais como a Revolução Russa.

## \* Perfil

**Por César Queirós**

Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, professor do Departamento de História da Ufam e vice-coordenador do Programa de Pós-Graduação em História da universidade (PPGH).



**Somente a ação coletiva da classe trabalhadora brasileira acrescida de outros setores da sociedade e a ampla mobilização popular serão capazes de frear o “trator das maldades” posto em movimento pelo ódio e pela ganância das elites do país”.**

## &gt;&gt;&gt; MÍDIA DIGITAL

## Para além das redes do capital

**A**s tecnologias da comunicação e informação podem ser caracterizadas como máquinas auxiliares da produção da catástrofe social em escala planetária. O avanço das redes informacionais e as mutações produzidas com e por elas no seio do capitalismo tardio redesenha as formas de pertencimento laboral, cultural e social. Aliada ao estranhamento de sujeitos, o contexto de barbárie se associa ao grau de vigilância permitido pela expansão, em nuvens, da *big data*, um volume gigantesco de dados acumulados que são comercializados, sem consentimento efetivo dos usuários, para finalidades comerciais e militares (como denúncias de Snowden e Assange revelaram).

A gramática da existência e pertencimento no mundo do capitalismo em fase de cooperação complexa estabelecem um campo digital capaz de centrifugar tanto a afirmação como também a negação da ordem. O sonho de Enzensberger de uma descentralização midiática como sinônimo de emancipação perde-se quando ela não é produzida pelos sujeitos sociais, mas dadas de antemão pelos conglomerados de mídia, cujo maior poder é criar os algoritmos que regem a espinha dorsal do mundo cibernético.

Associadas ao processo de desmonte de direitos sociais e corrosão do mundo do trabalho, – advindos da reestruturação produtiva e do neoliberalismo que ascende não só como forma de governo, mas também de governamentalidade –, as novas gerações, domesticadas no formato de neossujeitos (como Dardot e Laval enumeram) consentem (de forma fabricada como Chomsky já dizia) o livre-mercado. Alguns veem esse processo – a encubação cavalariço do homem-empresa – como um avanço político. Ora, trabalhar em casa é melhor que bater ponto. Eles se extasiaram pela ‘uberização’ do mundo do trabalho e ignoram a precarização



REPRODUÇÃO/BELOG PORTA 23

intensa do empreendedor.

Com o desmonte da intelectualidade e do compromisso com a exatidão aos fatos, crescem as *fake news*. As bolhas da internet dão vasão a uma grande onda conservadora, além de capturarem em sua estrutura a subjetividade da diversidade de usuários, mesmo os críticos. A mídia digital é muito mais do que uma plataforma de troca de informações, ela preenche o papel dos meios de massas enquanto uma maquinaria de construção de consciências. O fascismo mora ao lado e a rede parece proporcionar o encontro daqueles que antes sentiam-se isolados.

O Brasil, desde que as ruas voltaram a clamar por mudanças em junho de 2013, tornou-se um palco, mas também versão particular tupiniquim, de uma divisão política radical entre os novos personagens que entraram em cena. Mortadelas e coxinhas, lulistas e bolsominions, fascistóides e progressistas. Os nós da rede se rearticulam em um constante movimento em que os indivíduos buscam, mais do que apreender qualquer coisa, legitimar seu ponto de vista sobre o mundo, mesmo quando ele é claramente falso ou injustificável.

Nas redes tudo acha justificativa e, se não houver alguma disponível, a mentira ganha lugar sobre as luzes. “Sabem, mas fazem”, diz Slavoj Žižek

## \* Perfil



**Por Rafael Bellan**

Pós-doutor pela Universidade de São Paulo (USP), docente do Departamento de Comunicação e professor permanente do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes).

reelaborando Marx para o mundo do cinismo da era da informação. Para os que militam, a saída é enfrentar o capital nos territórios materiais e virtuais em que ele se enraíza, o que significa apostar, com o saudoso Istvan Mészáros, em uma luta organizada contra o fetiche e a espoliação, forjando, na luta, uma nova subjetividade. Para isso, precisamos ir além tanto do Estado (irremediavelmente cúmplice do poder econômico) quanto do *smartphone* e enfrentar o capital como sistema total de reprodução do metabolismo social. Avante.

>>> **CAPITAL X TRABALHADOR**

# Atual conjuntura e seus desafios

**\* Perfil**



**Por Jacob Paiva**

Mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 1º secretário do ANDES e professor da Faculdade de Educação da Ufam.



**Brademos em alto e bom som que não aceitaremos a retirada de nem mais um direito e que a união internacional da classe trabalhadora contra todas as formas de exploração, dominação e opressão é a palavra de ordem do dia!"**

**A** atual crise do capitalismo atinge de forma distinta os diferentes países, com alguns traços comuns em boa parte deles tais como: altas taxas de desemprego; intensificação da exploração dos/as trabalhadores/as; políticas de ajustes fiscais que transferem as verbas do fundo público para o setor privado; retirada dos direitos sociais e trabalhistas e um expressivo recrudescimento de posições conservadoras no campo político e moral. Outros fatos têm sido o sucateamento dos serviços públicos e a privatização de estatais, realizados tanto por governos declaradamente de direita, quanto por conciliação de classes, ainda que em intensidades diferenciadas.

É o que acontece no Brasil. Após o impedimento do governo Dilma e da ascensão à presidência do seu vice, Michel Temer, avança a implementação da agenda regressiva nos direitos sociais e trabalhistas e a consequente degradação das condições de vida de enorme parcela da população. Todavia, como em outros lugares, a classe trabalhadora brasileira também se movimenta nesse cenário em ações de resistência com distintas pautas: greves para manter empregos, por melhores condições de trabalho e por pagamento de salários atrasados; defesa dos serviços públicos; ocupações dos sem terra e dos sem teto e manifestações contra o machismo/violência às mulheres, contra a discriminação racial ou por orientação sexual e em defesa do meio-ambiente. Essas lutas alcançaram um patamar superior de unidade e perspectiva política no primeiro semestre de 2017, porém, ainda que tenham contribuído com a não aprovação da Contrarreforma da Previdência, foram insuficientes para impedir que o desprestigiado governo Temer aprovasse a Lei da Terceirização e a Contrarreforma Trabalhista e tenha apresentado novos ataques como o Pla-

no de Desligamento Voluntário (PDV), o PLS 116/2017 (demissão de servidores públicos por insuficiência de produtividade). Estas iniciativas trazem uma derrota para os que vivem do trabalho, especialmente aos servidores públicos, com nefastas consequências para a maioria da população brasileira.

Assim, a cada dia fica mais evidente que o governo Temer é subserviente aos interesses do grande capital internacional e nacional, sem nenhum compromisso com a maioria do povo brasileiro. Com ramificação nos três poderes, atua para salvar os lucros das empresas, dos bancos, do agronegócio, com base em um poderoso esquema de corrupção. Não importa se essa política gere mais desempregados, se a saúde e educação públicas não funcionem, se a violência aumenta nas cidades, ou se universidades corram o risco de fechar, como é o caso das estaduais do Rio de Janeiro e das Instituições Federais de Ensino Superior. De outro lado, ficou também evidente que somente com muita unidade e organização da classe trabalhadora poderemos alterar esse quadro. Foi o que demonstraram, por exemplo, as marchas das mulheres em 8 de março, a Greve Geral do dia 28 de abril e a marcha #Ocupa Brasília, em 24 de maio. Mas, temos um grande desafio na manutenção e ampliação dessa unidade, pois setores da classe contribuem para frear as lutas: uns visando acordos com o atual governo para salvar o modelo sindical burocrático, outros de olho nas eleições de 2018, apostando no degenerado sistema eleitoral burguês como saída para a crise.

Que as lições da Revolução Russa, paridas no outubro vermelho de 1917, e o legado de Che Guevara, morto há 50 anos na Bolívia, possam nos inspirar nas próximas lutas. Brademos em alto e bom som que não aceitaremos a retirada de nem mais um direito e que a união internacional da classe trabalhadora contra todas as formas de exploração, dominação e opressão é a palavra de ordem do dia!

**DEMONSTRATIVO MENSAL DAS RECEITAS E DESPESAS DE 01/09/2017 A 30/09/2017**

QUADRO RESUMO	Ago/2017	Set/2017
RECEITAS	R\$ 119.766,89	R\$ 94.348,60
DESPESAS	R\$ - 171.228,14	R\$ - 90.685,65
<b>RESULTADO LIQUIDO DO MÊS</b>	<b>R\$ - 51.461,25</b>	<b>R\$ 3.662,95</b>
Saldo Banco do Brasil	R\$ -	R\$ -
Saldo Fundo de caixa	R\$ 1.615,73	R\$ 2.306,69
Saldo Aplicações Banco do Brasil	R\$ 571.341,14	R\$ 573.936,42
<b>SALDO ATUAL</b>	<b>R\$ 572.956,87</b>	<b>R\$ 576.243,11</b>
Aplicações Financeiras Agosto/2017	R\$ 31.017,92	R\$ 30.840,58

\* Confira a prestação de contas, na íntegra, no site da ADUA.

## &gt;&gt;&gt; GRAFITE

## Mais cor 'política', por favor!



Anderson Vasconcelos e Daisy Melo

**D**e um lado, os muros da cidade cobertos de cinza, do outro, paredes sendo coloridas, curiosamente, por personagens do mesmo grupo político. O que a primeira à vista pode parecer divergência de ideias nada mais é do que clara jogada politiquera de tentativa de diferenciamento entre pares, na ferrenha disputa pela presidência do país. No meio do fogo cruzado, os grafiteiros expressam, com o aval institucional, a beleza, a cor e a dor do povo e da selva amazônica pelo concreto de Manaus. Críticas a outros temas estão fora do cardápio, descaracterizando a essência do movimento surgido na década de 1970.

Apesar da deturpação do seu uso político, a linguagem visual do grafite, com seu status de arte, fica e chama a atenção de quem passa pelos principais corredores viários da cidade em avenidas como Constantino Nery, Djalma Batista e Boulevard Álvaro Maia. Com cores vivas, as imagens estabelecem conexões com a identidade cultural local. Um índio, um caboclo, um peixe, uma ave, uma flor, a vida da Amazônia retratada em meio ao caos da cidade, com seus carros, prédios, sons e luzes.

O trabalho é feito por grafiteiros e artistas plásticos como forma, segundo eles, de valorizar não somente a arte e a biodiversidade, mas também provocar reflexão sobre os problemas que nos afetam diretamente. É o caso do designer André França, 23, o 'André Hulk', que há sete anos faz arte nas ruas de Manaus. "Desenho desde pequeno e comecei a trabalhar com o grafite em 2010, quando conheci uma rapaziada que me incentivou. A minha pegada é mais o regiona-

lismo, por isso uso muito o verde", contou o grafiteiro, revelando porque é chamado no meio de 'Hulk'.

A última de suas criações, instalada no viaduto da Boulevard Álvaro Maia, é o grafite de um indígena verde, chorando, cujos cabelos misturam-se com árvores queimando. "A minha arte tenta promover reflexão. Nesse caso, chamo atenção para o desmatamento na Amazônia", explica. Ao lado da arte, que levou uma semana para ficar pronta, a inscrição "Mata Viva, Povo Forte".

Quem também faz parte desse time, mandando seu recado para desconstruir padrões, é a estudante de Artes Visuais da Ufam, Deborah Cabral, 24, a 'Deborah Erê'. Um de seus trabalhos com maior visibilidade, instalado sob o mesmo viaduto, é uma espécie de índia-sereia. "Sereia é a personagem com a qual gosto de trabalhar. Qualquer mulher pode ser uma sereia. Nós somos o poder", diz a estudante, em uma clara crítica ao padrão de beleza feminina construído e imposto pelo mundo da moda. "A maioria das mulheres não é representada por esse padrão", completa a artista, que desde 2012 espalha tons e traços pela cidade.

Deborah Erê aposta nessa iniciativa de levar o grafite aos lugares que garantem maior visibilidade, mas não se aparta de sua raiz. "A cidade precisa valorizar o grafite na periferia. Essa semana [meados de outubro] a gente participou de mais uma edição do 'Arte no Beco' [ocorreu em uma rua do bairro Santo Agostinho, organizada pelos próprios artistas], levando a arte para essas quebradas. É preciso investir mais nesses locais e valorizar quem é de lá", destacou. Que a valorização da genuína arte do grafite tenha difusão democrática, pois o pedido é um só: Manaus: mais cor 'política', por favor!



## COLUNA FALA JURÍDICO

No início do mês de outubro deste ano, o Projeto de Lei nº 116/2017, que regulamenta o Art. 41, § 1º, III, da Constituição Federal, para dispor sobre a perda do cargo público por insuficiência de desempenho do servidor público estável, foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, devendo passar ainda por duas comissões e por todo o processo legislativo regular, o qual será mais longo neste caso, em razão de se tratar de projeto de lei complementar.

A eventual aprovação do projeto, de autoria da senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE), é mais um ataque à classe trabalhadora de servidores públicos, os quais poderão sofrer perseguição e demissão em massa por questão política.

No referido projeto, a existência de “fatores avaliativos variáveis”, os quais serão definidos pelo avaliador, – que atribuirá também o peso a esses fatores, bem como a previsão de que o avaliador será unicamente o chefe imediato do avaliado – causa grande discussão por empregar critérios subjetivos, dependendo unicamente do ponto de vista pessoal dos integrantes da comissão.

Outro ponto que gerou polêmica é a disposição do §2º do Art. 23, o qual prevê que a insuficiência de desempenho relacionada a problemas de saúde e psicossociais não será óbice à exoneração, se for constatada a “falta de colaboração” do servidor, o que também ensejará grande injustiça por parte do avaliador.

Por ocasião das audiências públicas realizadas, as entidades representativas dos servidores públicos levantaram essas e outras questões, tais como: a inconstitucionalidade formal do projeto por vício de iniciativa, a qual seria de competência do presidente da república; a legislação atual já permite a demissão de servidores desiduosos; os servidores federais já são avaliados periodicamente, por determinação legal e a ameaça de demissão poderia comprometer a independência do servidor público, sujeitando-o a caprichos e a desmandos dos agentes políticos.

Com vistas a suavizar os pontos controversos e viabilizar sua aprovação, o substitutivo apresentado pelo relator, senador Lasier Martins, modificou a figura do avaliador, propondo a for-



mação de uma comissão constituída por um servidor sorteado (que tenha cargo equivalente ou superior e esteja lotado no mesmo setor do avaliado), pelo chefe imediato, e por outro servidor escolhido pelo órgão de recursos humanos da instituição, o que na prática ainda se torna teme-

rário, pois não garante o caráter de impessoalidade que devem ter qualquer comissão de avaliação.

Além disso, segundo o §4º do Art. 22 do projeto substitutivo que foi aprovado, quando o servidor apresentar problemas de saúde e psicossociais será possível evitar a exoneração compro-

vando que o baixo desempenho foi ocasionado integralmente por motivo de doença. Todavia, o substitutivo continua desagradando os servidores públicos e é considerado mais um dos ataques à classe trabalhadora, ao lado da Reforma Trabalhista, da Reforma da Previdência e do Programa de Desligamento Voluntário (PDV).

Portanto, não obstante o projeto tenha amparo constitucional, por homenagear o princípio da eficiência, caso seja aprovado, o servidor deverá ficar mais atento ao seu desempenho funcional, buscando o amparo de sua entidade de classe, juntamente com a assessoria jurídica especializada, para o enfrentamento de questões relacionadas à avaliação.

### Auxiliadora Bicharra

Advogada (OAB/AM 3.004) do Gomes e Bicharra Advogados Associados, da Assessoria Jurídica da ADUA.

### AGENDA

#### Seminário

A Auditoria Cidadã da Dívida promove, de 7 a 9 de novembro, em Brasília (DF), o Seminário Internacional 'Esquema Financeiro Fraudulento e Sistema da Dívida – Criação de Estatais não Dependentes'. O evento irá discutir o esquema que desvia grande parcela dos recursos públicos do Brasil e lesa milhões de brasileiros.

#### Encontro Regional

Legislações internas, direitos dos professores e assédio moral e sexual na universidade serão alguns dos temas debatidos durante o 3º Encontro da Regional Norte 1, gestão 2016/2018, do ANDES-SN. A reunião ocorre nos dias 30/11 e 1º/12, em Boa Vista (RR) com o tema 'Professores contra as opressões e em defesa dos seus direitos'.

#### Revolução Russa

O ANDES realiza, no dia 9 de novembro, o Seminário Nacional 'Cem anos da Revolução Russa e os desafios da (re)organização da classe trabalhadora no Brasil', no Rio de Janeiro (RJ). A participação da Central Sindical e Popular (CSP-Conlutas) no evento foi confirmada durante o 3º Congresso da entidade.

#### Reorganização

No dia 11 de novembro, ocorre, no Rio de Janeiro, a 'Reunião nacional de entidades classistas, movimentos sociais e estudantis' para debater a reorganização da classe. O objetivo é abrir diálogo com outros sindicatos, centrais sindicais, movimentos sociais e estudantis para dar início ao processo de reorganização da classe.

### Gomes e Bicharra Advogados Associados

Tel.: (92)3611-4969 / 3611-3911 / (92) 99112-3184 / www.gomesebicharra.adv.br email: auxiliadora@gomesebicharra.adv.br